

# Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 19

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - POLÍTICA E ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita passa aceitar pagamentos com cartão de crédito ..... 3

A TARDE - SALVADOR - BA - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Operação conjunta apura esquema bilionário para comércio de ouro ..... 4

VALOR ONLINE  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Disputas dos bancos no Carf alcançam ao menos R\$ 95 bi ..... 5

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de Renda: como evitar erros na declaração ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo irá a R\$ 1.320 a partir de 1º de maio ..... 8

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: consignado só será liberado com biometria ..... 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Desconto do INSS no salário tem reajuste ..... 10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS convoca aprovados para curso de formação ..... 11

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

"Aposentados precisam ficar alertas", diz advogado ..... 12

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Carnaval interrompe calendário do Auxílio Brasil e do INSS; veja horário dos bancos  
(Previdência) ..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad discute reforma tributária com empresários ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reginaldo Lopes: Reforma tributária buscará convergência com setores produtivos ..... 16

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: imposto de 25% sobre o consumo seria um dos maiores do mundo ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reforma vai trazer investimento" ..... 21

---

Quinta-Feira, 16 de Fevereiro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Dino, CPI "redundante" poderia desviar foco na reforma tributária.....23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regra que substituirá o teto de gastos será anunciada até março, diz Haddad..... 25

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES  
SEGURIDADE SOCIAL

STF e os novos contornos da coisa julgada em matéria tributária (Artigo).....26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto prevê Refis para atenuar decisão do STF..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Dívida estável exige superávit de 1,5% do PIB, diz IFI..... 28

# Receita passa aceitar pagamentos com cartão de crédito

Contribuintes que têm pendências com o Fisco podem quitar alguns débitos com cartão de crédito. A **Receita Federal** iniciou projeto piloto que permite o uso da ferramenta para o pagamento de algumas guias de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).

Neste primeiro momento, o pagamento com cartão de crédito vale para alguns ambientes da **Receita Federal**, do Programa Regularize e do Simples Nacional. Ao longo do ano o Fisco estenderá a modalidade para as demais situações.

O serviço poderá ser usado para os débitos em Darf na versão numerada emitidos pelo sistema Sicalc Web. Poderão ser quitados com cartão de crédito parcelamentos ordinários e simplificados da **Receita Federal**, débitos na Dívida Ativa da União no renegociados pelo Programa Regularize e multas por atraso na entrega das declarações do Simples Nacional.

Construído em parceria com o Banco do Brasil, o serviço estará disponível 24 horas por dia nos sete dias da semana.

**Site:** <https://www.bemparana.com.br/edicao-impressa/edicao-15-02-2023/>

# Operação conjunta apura esquema bilionário para comércio de ouro

**ALEX RODRIGUES**

VENDA ILEGA PF, MPF e Receita localizam dois suspeitos e bloqueiam mais de R\$ 2 bilhões

Policiais federais prenderam ontem no Pará duas pessoas suspeitas de participar de um esquema de compra e venda de ouro extraído ilegalmente da região amazônica. Realizada em conjunto com a **Receita Federal** e com o Ministério Público Federal (MPF), a Operação Sisaque também resultou no bloqueio judicial de mais de R\$ 2 bilhões pertencentes aos investigados.

O nome da operação é uma alusão à história bíblica de Sisaque, rei do Egito que invadiu o reino de Judá e saqueou os tesouros do templo.

Segundo a PF, uma das três prisões cautelares autorizadas pela justiça Federal foi feita em Belém e outra em Santarém. Até a publicação desta reportagem, o alvo do terceiro mandado judicial de prisão preventiva não tinha sido localizado. Por impedimento legal, os nomes dos investigados não foram divulgados.

Os agentes federais cumprem também 27 mandados de busca e apreensão em endereços ligados aos investigados. A busca por documentos e elementos que possam ajudar os investigadores ocorrem nos municí-

pios de Belém, Santarém e Itaituba, no Pará, Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia, Manaus, São Paulo, Tatuí e Campinas, em São Paulo, Sinop, em Mato Grosso, e Boa Vista.

Mais de 100 policiais federais, além de cinco auditores fiscais e três analistas da **Receita Federal** partici-

pam da Operação Sisaque. Segundo a PF, a suposta organização criminosa agia principalmente na região de Itaituba, fraudando notas fiscais para regularizar o ouro extraído de garimpos ilegais.

O esquema vem sendo investigado desde 2021, quando a **Receita Federal** iden-

tificou inconsistências na emissão de notas fiscais. "Os termos de constatação elaborados pela Receita

demonstraram que havia uma organização criminosa. Empresas menores emitiam notas fiscais para dar uma aparente legalidade ao ouro [ilícito] que recebiam e que repassavam a empresas maiores. E todo o esquema criminoso culminava em uma única empresa exportadora", afirmou o delegado federal Vinícius Serpa, responsável pelas investigações.

Segundo a PF, existem indícios de que, só entre o início de 2020 e o fim de 2022, a emissão de notas fiscais eletrônicas fraudulentas superaram R\$ 4 bilhões, correspondendo a aproximadamente 13 toneladas de ouro ilícito, que era, então, exportado para outros países, por meio, principalmente, de uma empresa com sede nos Estados Unidos.

Ainda de acordo com a PF, essa empresa, cujo nome não foi informado, criava estoques fictícios para, assim, dar aparente legalidade à "enorme quantidade do minério" vendida clandestinamente a empresas de Dubai, da Itália, da Suíça, de Hong Kong e dos Emirados Árabes Unidos, entre outros países.

# Disputas dos bancos no Carf alcançam ao menos R\$ 95 bi

*Por Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta - De Brasília*

16/02/2023 05h00 Atualizado há 2 horas

Cinco dos maiores bancos do país têm, pelo menos, R\$ 95 bilhões em disputas com a **Receita Federal no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O Itaú Unibanco soma o maior valor em discussão, que totaliza R\$ 65,2 bilhões em dez processos. Um deles é conhecido como o processo de maior montante em tramitação no órgão, uma autuação de R\$ 29,6 bilhões relativa à fusão do Itaú e Unibanco, ocorrida em 2008.

Bancos têm disputas de R\$ 95 bi no **Carf**

O Bradesco tem R\$ 10,5 bilhões em disputa, distribuídos por seis processos, e o Santander, cerca de R\$ 9,5 bilhões, em oito. O BTG adiciona mais R\$ 8,2 bilhões à conta, discutidos em seis processos, e o Banco do Brasil R\$ 2,2 bilhões. Todos os valores foram obtidos no último formulário de referência disponível de cada instituição e estão na base de casos do **Carf**. É possível existir outras disputas ainda não informadas.

Grande parte das cobranças nesses processos envolve o Imposto de Renda e a CSLL relativos a privatizações e aquisições de outros bancos, além do uso do ágio gerado nessas operações. A tributação de programas de participação nos lucros e resultados (PLR) também aparece entre as disputas.

No **Carf** tramitam 168 processos bilionários, segundo dados do órgão. Somados, discutem R\$ 463,8 bilhões - montante que representa quase metade do estoque de R\$ 1 trilhão em casos que aguardam julgamento. Mudanças em regras do conselho são uma das apostas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação e reduzir o déficit público.

O advogado Breno Vasconcelos diz que as instituições financeiras costumam crescer por meio da aquisições e essas operações normalmente originaram litígios tributários, pois são complexas e geram divergências entre Fisco e contribuinte. Para ele, as disputas e os altos valores são também consequência do caótico sistema tributário brasileiro. Procurados pelo Valor, os bancos não se manifestaram.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/impreso/noticia/2023/02/16/disp  
utas-dos-bancos-no-carf-alcancam-ao-menos-r-95-  
bi.shtml](https://valor.globo.com/impreso/noticia/2023/02/16/disp<br/>utas-dos-bancos-no-carf-alcancam-ao-menos-r-95-<br/>bi.shtml)**

# Imposto de Renda: como evitar erros na declaração

**Wesley Costa**

A declaração do Imposto de Renda (IR) é uma obrigação anual para muitos contribuintes, e é importante fazê-la corretamente para evitar problemas com a **Receita Federal**. No entanto, muitas pessoas cometem erros ao preencher o documento, o que pode levar a multas, processos e outros problemas. Por isso, é preciso prestar atenção aos detalhes e caso haja dúvidas, procurar ajuda de um profissional.

O contador e analista tributário e fiscal, Lamark Santos, explica que quando há um erro no envio das informações, o contribuinte pode cair na malha fina. "Essa malha nada mais é do que um crivo de fiscalização de tudo que é declarado no imposto de renda. Vale ressaltar que a declaração de imposto de renda não se dá uma vez ao ano. O que nós fazemos uma vez a cada ano é, simplesmente, o ajuste anual do imposto que é enviado à **Receita Federal**."

Após o envio da declaração, o sistema da Receita vai verificar se existem erros de preenchimento ou omissões de rendimentos. "E por conta disso que a malha fina acaba sendo temida. Porque ela vem, a princípio, de forma repreensiva para notificar um tipo de multa. Mas vale lembrar que, antes dessa cobrança, ela dá uma oportunidade de retificação. Então, quando o contribuinte perde esse prazo acaba sendo penalizado", afirma o contador. São vários os erros que podem ocorrer durante o envio de uma declaração. O especialista destacou alguns deles e dicas para evitá-los. Confira abaixo:

## PARA ENTENDER

**1 - FALTA DE DOCUMENTOS** Todos os documentos que contam como foi sua vida financeira no ano devem ser juntados ao declarar Imposto de Renda pela primeira vez. Isso inclui o Informe de Rendimentos; pró-labore (caso de empresários); extrato do **INSS** (aposentados); extrato de conta bancária e/ou informe de rendimentos bancários; extrato de investimentos; recibos de aluguéis; contratos de transação de imóveis/veículos; e recibos de despesas dedutíveis.

**2 - DESATENÇÃO AOS DADOS QUE O EMPREGADOR DÁ** Se os comprovantes de rendimentos estiverem disponíveis na internet, o ideal

é que você copie e cole todos os dados, como razão social da fonte pagadora, CNPJ e, principalmente, os valores envolvidos. Isso reduz bastante suas chances de, por equívoco de digitação, ficar em situação irregular.

**3 - ERROS NOS INFORMES DE DESPESAS DEDUTÍVEIS** Ao declarar pela primeira vez, você vai se deparar com dois tipos de declaração: simplificado e completo. O simplificado é utilizado para quem tem despesas a serem deduzidas em montante menor do que 20% da base de cálculo do IR. Já a declaração pelo modelo completo é mais vantajosa para quem tem despesas em patamar superior a 20% da base de cálculo ou do limite acima citado. Cursos de idiomas, aulas de música, cursos de esportes e transporte escolar, por exemplo, não são dedutíveis. É possível deduzir gastos com educação e saúde (consultas, exames e procedimentos médicos próprios e dos dependentes). Despesas médicas altas estão no topo dos casos de malha fiscal. Portanto, guarde todos os recibos.

**4 - INSCRIÇÃO DE DEPENDENTES FEITA ERRADA** Quando um contribuinte inclui um dependente, pode abater da base de cálculo até R\$ 2.275,08 por inscrito até então. Mas esse valor pode sofrer alteração para esse exercício. No entanto, é preciso tomar cuidado, pois um mal-entendido nesse registro certamente vai resultar em retenção fiscal. Se você deseja colocar sua mãe aposentada como dependente, por exemplo, tenha a cautela de conversar com seus irmãos para saber se ela já não está sendo colocada como dependente em outra declaração.

Site: <https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2384>

# Salário mínimo irá a R\$ 1.320 a partir de 1º de maio

## **VERA ROSA BRASÍLIA**

O governo vai elevar o salário mínimo dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.320 a partir de 1.º de maio, Dia do Trabalho, como antecipou o Estadão. Em reunião do Diretório Nacional do PT, na segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia anunciado que o valor do mínimo seria corrigido.

O novo valor serviu como base para os cálculos de financiamento do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, lançado na terça-feira. A faixa 1 do programa vai contemplar famílias com renda bruta de até R\$ 2.640, ou seja, dois salários mínimos.

Um pacote de medidas que será lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos próximos dias também inclui a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até dois mínimos e o programa para renegociar dívidas, batizado de Desenrola.

## **INSS.**

O adiamento do reajuste do mínimo era defendido pela equipe econômica. A postergação daria tempo para o governo monitorar a evolução do comportamento da folha do **INSS**, que teve a base de beneficiários elevada rapidamente na reta final da campanha eleitoral pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No final do ano passado, o Congresso chegou a aprovar o Orçamento de 2023 com a previsão de recursos para o pagamento do salário mínimo em R\$ 1.320, mas o valor reservado, de R\$ 6,8 bilhões, foi consumido pelo aumento do número de benefícios previdenciários.

Para bancar o novo reajuste, governo avalia usar os recursos da revisão do Cadastro Único (CadÚnico) de beneficiários do Bolsa Família, que começa em março, como mostrou o Estadão. A medida tem o potencial de garantir uma economia de R\$ 10 bilhões, segundo a avaliação inicial do governo.

## **Site:**

**<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-02-16>**

# INSS: consignado só será liberado com biometria

**Leticia Lopes** [leticia.lopes@oglobo.com.br](mailto:leticia.lopes@oglobo.com.br)

Empréstimos consignados a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão precisar obrigatoriamente de biometria para serem liberados. As instituições financeiras terão 60 dias para se adaptarem às mudanças, sob o risco de descredenciamento, ou seja, de não poderem mais operar essa modalidade de crédito.

As novas regras para os empréstimos com desconto em folha estão previstas numa instrução normativa publicada na última segunda-feira no Diário Oficial da União.

O documento, na prática, muda alguns pontos previstos por uma outra instrução normativa divulgada pelo **INSS** em novembro passado.

O texto amplia o escopo dos sistemas de identificação que serão aceitos na efetivação dos contratos de empréstimos, como os próprios sistemas biométricos dos bancos, desde que se enquadrem nos parâmetros definidos pelo **INSS**.

A publicação também prorroga o prazo previsto pela primeira versão, cuja data-limite para que bancos e financeiras se adaptassem às regras se esgotou na primeira quinzena de janeiro. O prazo, agora, vai até abril.

Segundo o **INSS**, bancos e financeiras que já estejam de acordo com os parâmetros determinados pelo órgão podem e devem usar a biometria nos contratos de crédito consignado. "O objetivo dessa norma é garantir maior segurança para o segurado que opta por contratar um empréstimo consignado. Os bancos que não implementarem a funcionalidade serão descredenciados", informou.

## FUNCIONAMENTO DE AGÊNCIAS

As agências do **INSS** de todo o país não vão abrir nos dias 20 e 21 de fevereiro (segunda e terça-feira de carnaval).

Na Quarta-feira de Cinzas (dia 22), as unidades também não funcionarão pela manhã, mas atenderão os segurados com serviços agendados a partir das 14h.

Segundo o instituto, caso precise de informações, o beneficiário pode entrar em contato com a central telefônica 135, nos dias 18, 20 e 21 (sábado, segunda e terça-feira). Até as 18h, haverá atendimento humano, mas o atendimento eletrônico será mantido 24 horas.

Os serviços previdenciários também estão disponíveis no aplicativo ou no portal Meu **INSS**. Nestes canais, o segurado pode requerer benefício, emitir extrato, cumprir exigência e agendar atendimento presencial.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Desconto do INSS no salário tem reajuste

São Paulo - A partir deste mês, trabalhadores estão com um desconto maior do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) no salário. A tabela de contribuições de assalariados é reajustada pela **inflação** do ano anterior, e também considera o valor do salário mínimo vigente, de R\$ 1.302.

Os valores de contribuições de autônomos e facultativos também respeitam os limites do salário mínimo e do teto do **INSS** (R\$ 7.507,49) em 2023.

Neste ano, a contribuição ao **INSS** vai de R\$ 65,10 a R\$ 1.501,49. Para trabalhadores com carteira assinada, a contribuição varia de R\$ 97,65 a R\$ 877,22.

A contribuição é descontada diretamente no salário de trabalhadores registrados ou recolhida por conta própria por facultativos e parte dos autônomos.

A reforma da Previdência alterou o cálculo da contribuição de trabalhadores assalariados e domésticos, que é progressivo. Nesses casos, o cálculo é feito sobre as partes do salário que se enquadrarem em cada faixa.

Os autônomos que prestam serviços a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Neste caso, porém, o segurado terá direito somente à aposentadoria por idade e no valor do salário mínimo.

Outro tipo de recolhimento de contribuição de autônomos é com a alíquota de 20% em cima de um valor que deve ser entre o salário mínimo e o teto do **INSS**.

O pagamento deve ser realizado mensalmente pela Guia de **Previdência Social** (GPS), o carnê laranja, que pode ser preenchido pela internet ou manualmente.

Os segurados que mantiverem suas contribuições em dia têm acesso aos seguintes benefícios: auxílio-doença (chamado de benefício por incapacidade temporária); aposentadoria por invalidez; salário-maternidade; auxílio- -reclusão; pensão por morte para dependentes; e aposentadorias.

Não é preciso ter a chamada qualidade de segurado, mas é necessário atingir os requisitos exigidos pelo **INSS**.

Quem não exerce nenhuma atividade remunerada, como estudantes, donas de casa e desempregados, pode contribuir ao **INSS** para ter direito a benefícios como aposentadorias, auxílios e pensões. É preciso recolher 20% sobre um valor decidido pelo próprio segurado, que fique entre o salário mínimo e o teto do **INSS**.

Também há a possibilidade de o facultativo contribuir com uma alíquota de 11% sobre o mínimo, o que dá R\$ 143,22 neste ano. Caso se enquadre no conceito de baixa renda, a alíquota para este contribuinte será de 5% sobre o salário mínimo (R\$ 65,10, em 2023).

MEIs - Os microempreendedores individuais (MEIs) também contribuem sobre o valor do mínimo, mas com a alíquota de 5%. Ou seja, neste ano, recolhem R\$ 65,10 por mês. Esta contribuição dá direito apenas à aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo. Também há o recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS) e do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), dependendo da atividade.

A guia de pagamento é chamada de Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) e tem vencimento até o dia 20 de cada mês. Quando a data cai em final de semana ou feriado, o pagamento pode ser feito até o próximo dia útil sem multas.

Se atrasar ou não pagar o DAS, o autônomo vai acumular dívida, com multa de 0,33% por dia de atraso, limitada a 20% do valor. (Ana Paula Branco/Folhapress)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-15-02-2023/>

# INSS convoca aprovados para curso de formação

## BRASÍLIA

Os candidatos aprovados na primeira fase do concurso do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) devem fazer a matrícula para o curso de formação a partir das 10 horas de hoje, no site [cebraspe.org.br](http://cebraspe.org.br). O prazo se encerra às 16 horas de amanhã.

A lista de convocados está disponível no site da organizadora. Segundo o edital, quem não se matricular para o curso estará automaticamente desclassificado.

O curso será realizado entre os dias 6 de março e 5 de abril deste ano, de forma presencial, nas cidades de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

Os candidatos que forem selecionados vão receber metade do salário oferecido pelo órgão.

Segundo o edital, a remuneração inicial é de até R\$ 5.905,79, e corresponde ao salário-base de R\$ 712,61, mais a GAE (Gratificação de Atividade Executiva), de R\$ 1.140,18, a GDASS (Gratificação de Desempenho da Atividade do Seguro Social), que poderá chegar a R\$ 3.595, além de auxílio-alimentação de R\$ 458.

No dia 24 de fevereiro, será publicada nova lista com mais convocações para suprir a demanda dos candidatos que não tenham efetivado a matrícula do curso até a data prevista. Os novos convocados terão entre as 10 horas do dia 25 de fevereiro e 16 horas do dia 26 de fevereiro para se matricular.

O curso vai abordar disciplinas que preparem o candidato para o posto de técnico do seguro social. É obrigatório frequentar todas as aulas. É permitido ter um máximo de 25% de faltas justificadas. Ao final do curso, haverá duas provas.

# "Aposentados precisam ficar alertas", diz advogado

**FABRÍCIO QUEIROZ DA REDAÇÃO**

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) requereu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão dos processos com o tema da revisão da vida toda. A pauta foi julgada no final do ano passado e os ministros decidiram por maioria de votos que os segurados têm direito a pedir um cálculo de toda a vida contributiva para determinação do valor do benefício. De acordo com a Lei nº 9.87/1999, devem ser considerados 80% das maiores contribuições a partir de julho de 1994 para calcular as aposentadorias e pensões. Com a decisão favorável à revisão da vida toda, os segurados podem pedir que sejam considerados 80% de todas as remunerações recebidas.

A mudança foi considerada uma vitória pela categoria de aposentados e pensionistas, no entanto a falta da publicação do acórdão do julgamento, mesmo após dois meses do encerramento, abriu margem para que o **INSS**, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), justificasse o pedido de suspensão. A autarquia alega que sem a publicação é impossível a aplicação correta da decisão da Corte. "O entendimento firmado no acórdão ainda pode vir a ser modificado, pois há uma grande probabilidade de que seja objeto de embargos de declaração", afirma o órgão, que diz ainda que seriam necessárias alterações técnicas e operacionais em seus sistemas e processos.

Até o momento, o STF ainda não decidiu se acata ou não o pedido, que foi encaminhado para o gabinete do ministro Alexandre de Moraes. Na avaliação de Renan Bonfim, advogado especialista em Direito Previdenciário e vice-presidente da Comissão Estadual de Direito Previdenciário da OAB/PA, a petição tem o intuito de retardar os processos. Além disso, a forma adotada para o pedido não é usual e deveria ocorrer por meio de outros procedimentos.

"Contudo, os aposentados precisam ficar alertas, pois ainda que o meio procedimental não seja o adequado, foram levantados pela AGU pontos sensíveis para que o pedido de suspensão seja concedido, uma vez que o **INSS** precisaria de tempo para adequar ou alterar seus sistemas internos de aparato tecnológico, mudar rotinas, emitir portarias e treinar servidores. Tudo isso supostamente demandaria tempo e causaria impacto orçamentário de milhões de reais não previsto no

orçamento anual. Contudo o **INSS** não informou o tempo que precisaria, nem o custo operacional da adequação, tampouco o estudo orçamentário de impacto aos cofres da União", comenta o advogado previdenciário.

De acordo com Renan Bonfim, os efeitos da petição podem ser diversos, abrangendo desde a estipulação de prazos para que a autarquia possa adequar a operacionalização e aplicação dos cálculos ou mesmo modulação na tese vencedora. "É possível que seja limitado o alcance do precedente no tempo, ou seja, só seriam beneficiados os segurados que ingressarem com a ação revisional antes do trânsito em julgado do processo da revisão da vida toda; ou ainda poderá ou não haver a restrição do alcance do precedente a um determinado grupo de situações, como por exemplo, hoje só podem ser beneficiados os segurados que se aposentaram pelas regras anteriores a Reforma da Previdência", pondera Bonfim, que reforça ainda que não há como a Corte reverter a decisão.

"Neste momento processual não cabe rediscussão do mérito do julgamento, logo não há como ser modificado o mérito do julgado para rediscutir se os segurados possuem ou não direito a rever seus benefícios", acrescenta. Diante das incertezas sobre o tema, Renan Bonfim recomenda que aposentados e pensionistas procurem orientação profissional para simular o cálculo do benefício diante das regras da revisão da vida toda para depois decidir se ingressa com uma ação judicial

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

# Carnaval interrompe calendário do Auxílio Brasil e do INSS; veja horário dos bancos (Previdência)

**Cristiane Gercina**

O calendário de pagamentos de benefícios sociais e previdenciários será interrompido durante todo Carnaval, assim como o atendimento presencial nas agências da **Previdência Social** e da rede bancária de todo o país.

Os depósitos do Auxílio Brasil e do Auxílio Gás terão pausa por quatro dias: sábado (18), domingo (19), segunda-feira (20) e terça-feira (21). A liberação dos valores será retomada na Quarta-feira de Cinzas (22) após o meio-dia.

Ao todo, 21,86 milhões de famílias recebem, neste mês, o Auxílio Brasil e 5,95 milhões têm direito ao Auxílio Gás. O governo injeta R\$ 13,2 bilhões e R\$ 667,2 milhões na economia, respectivamente, nos dois programas de transferência de renda.

O pagamento dos benefícios sociais começou na última segunda-feira (13). A liberação dos valores ocorre conforme o final do NIS (Número de Identificação Social). As famílias inscritas no Auxílio Brasil recebem o valor mínimo de R\$ 600. No caso do Auxílio Gás, que tem pagamento a cada dois meses, o vale é de R\$ 112 em fevereiro.

Quem tem o pagamento liberado pode movimentar o dinheiro pelo Caixa Tem, caso possua poupança social digital. Quem recebe direto na Caixa Econômica Federal ou nas lotéricas com cartão do cidadão deve fazer o saque antes ou terá de esperar o fim da pausa de Carnaval.

No caso do **INSS**, o calendário de pagamentos será interrompido por cinco dias, de sábado (18) a quarta-feira (22). A retomada da liberação dos valores será na quinta-feira (23). Os segurados recebem conforme o final do cartão, sem considerar o dígito verificador.

O calendário de pagamentos da Previdência começa nesta sexta-feira (17) para quem recebe até um salário mínimo (R\$ 1.302 neste ano) e tem benefício com final 1. Os demais beneficiários, com direito a valor mais do que o mínimo, só vão receber a partir de 1º de março. O **INSS** paga benefícios a 37 milhões de segurados

em 2023.

As agências da Previdência ficarão fechadas nos dias 20 e 21 de fevereiro, segunda e terça-feira de Carnaval. O atendimento será retomado na Quarta-feira de Cinzas (22) para os serviços que estão agendados a partir das 14 horas.

Os pedidos de benefícios podem ser feitos normalmente pelo aplicativo ou site Meu **INSS**. A Central 135 também estará funcionando, com atendimento no sábado, na segunda e na terça. Até às 18h, é possível falar com um atendente. Depois desse horário, o atendimento é eletrônico e fica disponível por 24 horas.

Pela central telefônica 135 é possível obter informações sobre benefícios e pagamentos, agendar atendimento ou conferir o horário de agendamento do atendimento presencial.

Os bancos de todo o país ficarão fechados na segunda e na terça-feira de Carnaval. Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), o fechamento segue resolução de 2020 do CMN (Conselho Monetário Nacional), que não considera a segunda-feira e a terça-feira de Carnaval como dias úteis para atendimento bancário.

Na Quarta-Feira de Cinzas, o início do expediente será às 12h e o encerramento será feito conforme o horário habitual, que varia de acordo com o município. Nos locais onde as agências fecham normalmente antes das 15h, o início do expediente bancário será antecipado. A intenção é garantir o mínimo de três horas de atendimento presencial ao público.

Para realizar operações, no entanto, os clientes podem usar os caixas eletrônicos e o banco pela internet ou celular. Segundo a Febraban, as contas de consumo como as de água, luz, telefone e gás, além dos carnês com vencimento nos dias do feriado poderão ser pagos, sem juros ou multa, no dia útil seguinte, que é a quarta-feira.

Normalmente, os **tributos** já vêm com datas ajustadas ao calendário de feriados. "Caso isso [ajuste de data]

não tenha ocorrido no documento de arrecadação, a sugestão é antecipar o pagamento ou, no caso dos títulos que têm código de barras, agendar o pagamento nos caixas eletrônicos, internet banking e pelo atendimento telefônico dos bancos", diz Walter Tadeu de Faria, diretor da federação.

**Site:**

***<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/02/carnaval-interrompe-calendario-do-auxilio-brasil-e-do-inss-veja-horario-dos-bancos.shtml>***

# Haddad discute reforma tributária com empresários

MARIANA BARBOSA, FERNANDA TRISOTTO, MANOEL VENTURA E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS  
economia@oglobo.com.br SÃO PAULO E BRASÍLIA

que não concordam com o escopo proposto.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A **reforma tributária** foi tema de um jantar ontem em Brasília de empresários do grupo Esfera Brasil com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário-executivo da pasta, Gabriel Galípolo. Entre os 50 convidados estavam nomes como o do presidente da Febraban, Isaac Sidney, o presidente do Conselho do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, e os líderes empresariais Eduardo Bartolomeo (Vale), Rubens Menin (MRV) e Jean Jereissati (Am-bev). O encontro foi na casa do advogado Nelson Wilians.

O Esfera tem participado ativamente do debate sobre soluções para litígios no **Carf**, o órgão ao qual contribuintes podem recorrer de autuações da **Receita Federal**, objeto de uma das medidas provisórias que Haddad precisa aprovar no Congresso. O governo também está empenhado na aprovação da **reforma tributária** neste primeiro semestre.

Em meio à movimentação de parlamentares para tentar agilizar a discussão da reforma a partir de propostas que já tramitam no Congresso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) disse que o objetivo é "tentar fazer a **reforma tributária** possível nesse momento", mas evitou entrar em detalhes. Segundo ele, Haddad se comprometeu com lideranças partidárias a enviar ao Legislativo um texto "médio, conceituado, razoável, equilibrado".

Lira indicou ontem 12 deputados que vão compor um grupo de trabalho para avaliar o texto da reforma que altera **tributos** sobre consumo. O coordenador será Reginaldo Lopes (PT-MG), vice-líder do governo no Congresso, e relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

A missão do grupo é analisar a proposta de emenda à Constituição (PEC) 45, apresentada por Baleia Rossi (MDB-SP) em 2019 com base em estudos de Bernard Appy, atual secretário extraordinário de **Reforma Tributária** da Fazenda.

Em um evento com investidores, os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos); do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB); e do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), afirmaram ontem ser possível a aprovação de uma **reforma tributária**, mas mostraram

# Reginaldo Lopes: Reforma tributária buscará convergência com setores produtivos

**Kelly Hekally - Especial para o Correio**

Nome moderado do PT, o deputado federal Reginaldo Lopes (MG) é coordenador do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados, com 12 integrantes, tendo o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) como relator. Formado por representantes de diversos setores, o grupo foi instituído ontem pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), com a intenção de dar celeridade à matéria, prioridade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ao Correio, Lopes adiantou como será a absorção das Propostas de Emenda Constitucional (PECs) 45 e 110, que já estão avançadas no Congresso Nacional, a expectativa em torno da conciliação de interesses, o possível modelo da nova âncora fiscal e as críticas de Lula a Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central.

O que, de fato, o GT vai discutir?

Esse grupo tem a missão de construir pontes com os setores produtivos de modo a garantir a convergência necessária para a aprovação da **reforma tributária**, em especial a reforma dos **impostos** indiretos, com o objetivo de simplificar o sistema tributário brasileiro. A reforma vai ser muito importante para a sociedade, pois vai diminuir a judicialização do assunto, a burocracia e a sonegação. Vai permitir, inclusive, a progressividade. Aqueles que têm menor poder econômico vão pagar menos, porque poderão receber de volta os **impostos** recolhidos.

O modelo pretendido pelo governo é o do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O que mais vai ser colocado no texto?

Vamos dividir a reforma em duas etapas. Primeiro, sobre consumo, e, depois, sobre renda e patrimônio. Nossa expectativa é de aprovar a parte sobre consumo no primeiro semestre, já que estamos conversando com governadores e prefeitos para obter apoio. Essa etapa vai permitir que a economia brasileira ofereça mais segurança jurídica e tributária e um ambiente melhor para novos empreendimentos.

A composição do grupo atende a todos os setores da economia brasileira?

O mais importante é que esse grupo está aberto a ouvir todos os setores para apresentar um novo texto ao plenário. É uma combinação da PEC 45 com a PEC 110. O deputado Aguinaldo Ribeiro é o relator da PEC 45. Temos a ideia de que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é um entusiasta da reforma, indique alguém para acompanhar os trabalhos do grupo, mesmo que seja só para estar próximo das negociações e da tramitação na Câmara. Isso ajudará na votação no Senado.

O GT vai usar os 90 dias previstos no ato de criação?

Ainda não temos cronograma. A intenção é, no próximo dia 28, instalar o grupo e, no dia 1º março, depois de fazer os diálogos iniciais, Aguinaldo apresentar um roteiro e um plano de trabalho para os próximos 90 dias.

O deputado Arthur Lira disse ontem que uma proposta radical de arcabouço fiscal terá dificuldades para avançar. Como o governo Lula está pensando esse modelo?

Hoje, depois da pandemia, há várias teorias que reafirmam a necessidade de uma âncora fiscal que dê previsibilidade à economia, mas que tenha metas voltadas ao social e a investimentos para, cada vez mais, dar estabilidade econômica ao país, fundamental para criar ambiente de atração de investimento, interno ou externo. Acredito que vai ser positivo ter esses dois olhares. O presidente Lula sabe que qualquer social que não tem uma responsabilidade econômica sólida pode ser comprometido a médio e longo prazos.

Mas o presidente do BC, Campos Neto, estaria disposto a aceitar esse modelo?

Acredito que sim. É muito difícil ter uma política monetária desassociada de uma política econômica, bem como do social. É um erro desassociar totalmente a política monetária das demais. O BC tem, no projeto de lei de sua autonomia, feito pelo governo anterior, outras funções além de controlar **inflação**, que, pelo terceiro ano, não vai atingir a meta. O Brasil está criando milhões de endividados. Há também a obrigação do BC de garantir uma política de geração de emprego e renda. É evidente que o BC não está

cumprindo as metas estabelecidas com sua autonomia. Do jeito que está, com mandatos de presidentes e diretores desassociados, não há sincronização com o mandato que emana do povo. Isso coloca o país numa situação vulnerável. Não se justificam as altas taxas de juros que o Brasil está praticando. Não há nenhum risco fiscal. Essa alta taxa de juros dificulta os investimentos.

Como será para o governo caso comissões permanentes estratégicas, como a do Meio Ambiente, fiquem com partidos que não são aliados?

É impossível no nosso sistema eleitoral e no presidencialismo de coalizão comandar todas as comissões ou as mais importantes sempre. Será uma composição. Caberá ao nosso governo o diálogo, a capacidade de conduzir acordos e convergências. É salutar que todo governo tenha oposição baseada no devido processo legal, no sistema democrático, no respeito às instituições. Vamos ter que sempre conversar. Evidente que há algumas comissões que são mais emblemáticas e que a gente que compõe o governo do presidente Lula deveria liderar, mas todas as 30 comissões têm a sua importância.

É possível dizer que há uma virada de chave no clima da Câmara, com relação à gestão Bolsonaro?

A democracia venceu. Acho que é momento de isolar cada vez mais os extremistas e fortalecer, cada vez mais, o papel das instituições da República Federativa. Ao mesmo tempo teremos que avançar nas políticas públicas e na organização do Estado brasileiro para que ele possa sempre buscar fazer justiça social e melhorar a vida do nosso povo. Esse é o grande desafio do governo do presidente Lula. Mas evidente que teremos uma oposição forte e organizada.

Vamos ter que ter muita capacidade de diálogo, e não só na Câmara e no Senado. Também é importante sempre um diálogo com a sociedade para elaborar novas ideias, políticas públicas para dialogarmos com uma base social para dar sustentabilidade ao nosso governo. A oposição busca hoje encontrar, além de uma força no Parlamento, construir um diálogo nas ruas e nas redes sociais. Há vários espaços em disputa, e é natural da democracia. O que não é natural é uma força dentro da democracia propondo destruí-la, dar golpe nas instituições, não respeitando o resultado das urnas e com uma política de ódio e preconceito. Isso não vamos aceitar.

O governo Lula expôs no primeiro mês erros da gestão Bolsonaro e agora avança para entregas. É uma estratégia?

Nosso governo ganhou as eleições no dia 30 e no dia

1º de novembro tivemos que cuidar, por exemplo, do Orçamento de 2023, de responsabilidade de Bolsonaro, que nem terminou o governo. Prometeu Bolsa Família de R\$ 600 e falou até em R\$ 800, porém deixou um de R\$ 400 no orçamento. Bolsonaro abandonou o governo. Não tinha dinheiro para pagar os aposentados. Tivemos que dar um jeito. Governamos para ele por dois meses. Ele abandonou o país e, acabando o mandato, foi embora, fugiu do Brasil. Tentou, orientou e participou da tentativa de golpe do dia 8 de janeiro. Além de não ter cumprido seu mandato, buscou dificultar e acreditou que era possível dar um golpe na democracia brasileira. Evidente que ele acabou nos empurrando para uma agenda. Cabe ao nosso governo denunciar o que Bolsonaro fez, uma política genocida, contra os povos indígenas e em outras áreas que ele também destruiu, todas as políticas públicas que construímos nos últimos 20 anos, uma conquista do pacto civilizatório. Estamos trocando o pneu com o carro andando.

O PT é conhecido por ser um partido mais coeso. A presidente Dilma Rousseff chegou a dizer que o PT voltaria. Voltou?

Sim. Voltamos para melhorar a vida do povo, depois do governo golpista de Michel **Temer** (MDB) e de ultradireita do Bolsonaro, que levou o Brasil a voltar ao mapa da fome, aumentou a desigualdade, a miséria. Voltamos mais maduros e preparados para fazer mais. Estamos super animados.

Escândalos, falta de diálogo: quais erros o PT não pode repetir?

Nós precisamos buscar cada vez mais instrumentos de participação da formação de políticas públicas, avaliação e monitoramento junto à sociedade. Devemos sempre ter um governo capaz de estar avaliando permanentemente todas as suas políticas. Precisamos avançar no diálogo e consolidar uma base sólida que garanta governabilidade. Cometemos um grave erro no final do mandato da presidente Dilma, de perder a articulação com a sociedade civil. Isso nos enfraqueceu no golpe que sofremos. E talvez tenhamos errado um pouco no diálogo com partidos aliados para evitar que o impeachment fosse votado. Isso sim deve ser revisto, analisado.

Notícias gratuitas no celular

O formato de distribuição de notícias do Correio Braziliense pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para

passar a receber as notícias do Correio , clique no link abaixo e entre na comunidade:

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida.

Cobertura do Correio Braziliense

Quer ficar por dentro sobre as principais notícias do Brasil e do mundo? Siga o Correio Braziliense nas redes sociais. Estamos no Twitter , no Facebook , no Instagram , no TikTok e no YouTube . Acompanhe!

**Site:**

***<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/02/5074096-reginaldo-lobes-reforma-tributaria-buscar-convergencia-com-setores-produtivos.html>***

# Reforma tributária: imposto de 25% sobre o consumo seria um dos maiores do mundo

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

Uma alíquota de 25% para o futuro Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), a ser cobrado sobre o consumo no Brasil, seria uma das maiores do mundo.

Os dados são da Tax Foundation, organização sem fins lucrativos que atua há mais de 80 anos fazendo avaliações sobre **impostos** coletando dados sobre **tributos** ao redor do mundo.

A taxa de 25% por meio do futuro imposto sobre o consumo foi citada pelo secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, como necessária para manter o atual peso dos **impostos** - objetivo da área econômica.

Todo desenho é feito para manter a carga tributária, sem aumento. Até porque o consumo já é muito tributado no Brasil, admitiu Appy, na semana passada.

Com a manutenção do peso dos **impostos** sobre o consumo, os mais pobres seguem penalizados. Isso porque, proporcionalmente, o custo do consumo é maior para a população mais vulnerável do que para a mais abastada.

A ideia das propostas é substituir ao menos substituem cinco **impostos** por dois. Seriam extintos: ICMS (estadual), PIS/Cofins e IPI (federais) e ISS municipal. Eles seriam substituídos por um IVA e, também, por um imposto seletivo (conhecido como imposto sobre o pecado).

## Imposto em outros países

De acordo com informações da Tax Foundation, mais de 170 países adotam o modelo de cobrança do IVA, incluindo todos os países europeus.

A média do IVA nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o chamado clube dos ricos que o governo Jair Bolsonaro fez pedido de adesão para o Brasil, é de 19%. A taxa padrão média da União Europeia é de 21%, seis pontos percentuais acima da taxa mínima de IVA exigida pela regulamentação da região. Japão tem um imposto sobre valor agregado de 10%. Hungria tem o maior IVA do mundo em 27%. Croácia, Dinamarca e

Suécia possuem um imposto sobre o consumo de 25%. Luxemburgo tem uma taxa de 16%, Malta de 18% e Alemanha de 19%.

A única grande economia do mundo sem IVA são os Estados Unidos. No país, cada estado tem seu próprio regime sobre vendas, em vez de um imposto federal. A média dos **impostos** sobre o consumo nos EUA, porém, é baixa: de 7,4%.

## Transição

No Brasil, a transição, que vem sendo discutida no Legislativo, prevê um período de migração dos antigos **tributos** para o novo IVA gradualmente em cinco anos.

Após a transição para o novo IVA no Brasil, as propostas preveem que os três entes da federação teriam autonomia para fixar a alíquota do imposto. Ou seja, cada estado e município teria liberdade para elevar ainda mais sua alíquota, que poderia ficar acima dos 25% fixados inicialmente (dependendo da localidade do país).

## Reforma tributária

Discutida há décadas e muito aguardada pelo setor produtivo, a reforma dos **impostos** sobre o consumo é considerada prioritária pelo governo para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é tido como caótico por empresários e investidores.

O tema voltará a ser debatido no Congresso Nacional, onde já tramitam duas propostas sobre o assunto: PEC 110, que iniciou a tramitação pelo Senado, e a PEC 45, que iniciou a tramitação pela Câmara dos Deputados.

O principal objetivo da reforma é simplificar e facilitar a cobrança dos **impostos**. Essa medida é considerada fundamental para destravar a economia e impulsionar o crescimento do país e a geração de empregos.

## Novo imposto

Com a implementação do IVA no Brasil, os **tributos** passariam a ser não cumulativos. Isso significa que, ao longo da cadeia de produção, os **impostos** seriam

pagos uma só vez por todos os participantes do processo. Atualmente, cada etapa da cadeia paga os **impostos** individualmente, e eles vão se acumulando até o consumidor final.

Outra mudança é que o tributo sobre o consumo (IVA) seria cobrado no destino, ou seja, no local onde os produtos são consumidos, e não mais onde eles são produzidos. Isso contribuiria para combater a chamada guerra fiscal, nome dado a disputa entre os estados para que empresas se instalem em seus territórios.

As propostas em discussão no Congresso Nacional, porém, preveem uma regra de transição da origem para o destino que contemple um período de 40 a 50 anos, sendo que, nas primeiras décadas, a arrecadação obtida pela regra anterior seria blindada pela correção inflacionária. O objetivo desse longo período seria assegurar que não haveria perda de recursos para os estados e municípios.

Base ampla

Durante evento na semana passada, o secretário Bernard Appy, do Ministério da Fazenda, defendeu que o futuro IVA tenha uma base ampla de incidência, ou seja, que boa parte dos produtos e serviços sejam tributados pelo novo imposto.

De acordo com a Tax Foundation, Nova Zelândia é o país com a base tributária mais ampla, cobrindo aproximadamente 100% do consumo total com o imposto.

Em seguida, aparecem: Luxemburgo e Estônia com 78% e 73%, respectivamente. México (37%), Colômbia (35%) e Estados Unidos (34%) apresentam os piores índices. O índice de base tributária médio da OCDE é de 54%.

A organização informa que, na OCDE, se uma empresa estiver abaixo de um determinado limite de receita anual, ela não é obrigada a participar do sistema de IVA.

Isso significa que as pequenas empresas - ao contrário das empresas acima desse limite - não cobram IVA sobre suas saídas vendidas a clientes, mas também não podem receber um reembolso pelo IVA pago sobre insumos comerciais, informou.

A média nos países da OCDE que têm um limite de IVA é de aproximadamente US\$ 56.300, ou seja, cerca de R\$ 300 mil.

No Brasil, o secretário Bernard Appy indicou que o Simples Nacional seria mantido na **reforma tributária**. O regime de exceção beneficia empresas com

faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/16/reforma-tributaria-imposto-de-25percent-sobre-o-consumo-seria-um-dos-maiores-do-mundo.ghtml>**

# "Reforma vai trazer investimento"

*Kelly Hekally Especia para o Correio*

Nome moderado do PT, o deputado federal Reginaldo Lopes (MG) é coordenador do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados, com 12 integrantes, tendo o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) como relator. Formado por representantes de diversos setores, o grupo foi instituído ontem pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), com a intenção de dar celeridade à matéria, prioridade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ao Correio, Lopes adiantou como será a absorção das Propostas de Emenda Constitucional (PECs) 45 e 110, que já estão avançadas no Congresso Nacional, a expectativa em torno da conciliação de interesses, o possível modelo da nova âncora fiscal e as críticas de Lula a Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central.

O que, de fato, o GT vai discutir?

Esse grupo tem a missão de construir pontes com os setores produtivos de modo a garantir a convergência necessária para a aprovação da **reforma tributária**, em especial a reforma dos **impostos** indiretos, com o objetivo de simplificar o sistema tributário brasileiro. A reforma vai ser muito importante para a sociedade, pois vai diminuir a judicialização do assunto, a burocracia e a sonegação. Vai permitir, inclusive, a progressividade. Aqueles que têm menor poder econômico vão pagar menos, porque poderão receber de volta os **impostos** recolhidos.

O modelo pretendido pelo governo é o do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O que mais vai ser colocado no texto?

Vamos dividir a reforma em duas etapas. Primeiro, sobre consumo, e, depois, sobre renda e patrimônio. Nossa expectativa é de aprovar a parte sobre consumo no primeiro semestre, já que estamos conversando com governadores e prefeitos para obter apoio. Essa etapa vai permitir que a economia brasileira ofereça mais segurança jurídica e tributária e um ambiente melhor para novos empreendimentos.

A composição do grupo atende a todos os setores da economia brasileira?

O mais importante é que esse grupo está aberto a ouvir todos os setores para apresentar um novo texto ao plenário. É uma combinação da PEC 45 com a PEC 110. O deputado Aguinaldo Ribeiro é o relator da

PEC 45. Temos a ideia de que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é um entusiasta da reforma, indique alguém para acompanhar os trabalhos do grupo, mesmo que seja só para estar próximo das negociações e da tramitação na Câmara. Isso ajudará na votação no Senado.

O GT vai usar os 90 dias previstos no ato de criação?

Ainda não temos cronograma.

A intenção é, no próximo dia 28, instalar o grupo e, no dia 1º março, depois de fazer os diálogos iniciais, Aguinaldo apresentar um roteiro e um plano de trabalho para os próximos 90 dias.

O deputado Arthur Lira disse ontem que uma proposta radical de arcabouço fiscal terá dificuldades para avançar.

Como o governo Lula está pensando esse modelo?

Hoje, depois da pandemia, há várias teorias que reafirmam a necessidade de uma âncora fiscal que dê previsibilidade à economia, mas que tenha metas voltadas ao social e a investimentos para, cada vez mais, dar estabilidade econômica ao país, fundamental para criar ambiente de atração de investimento, interno ou externo.

Acredito que vai ser positivo ter esses dois olhares. O presidente Lula sabe que qualquer social que não tem uma responsabilidade econômica sólida pode ser comprometido a médio e longo prazos.

Mas o presidente do BC, Campos Neto estaria disposto a aceitar esse modelo?

Acredito que sim. É muito difícil ter uma política monetária desassociada de uma política econômica, bem como do social. É um erro desassociar totalmente a política monetária das demais. O BC tem, no projeto de lei de sua autonomia, feito pelo governo anterior, outras funções além de controlar **inflação**, que, pelo terceiro ano, não vai atingir a meta. O Brasil está criando milhões de endividados. Há também a obrigação do BC de garantir uma política de geração de emprego e renda. É evidente que o BC não está cumprindo as metas estabelecidas com sua autonomia. Do jeito que está, com mandatos de presidentes e diretores desassociados, não há sincronização com o mandato que emana do povo.

Isso coloca o país numa situação vulnerável.

Não se justificam as altas taxas de juros que o Brasil está praticando.

Não há nenhum risco fiscal.

Essa alta taxa de juros dificulta os investimentos.

"A reforma vai ser muito importante para a sociedade, pois vai diminuir a judicialização do assunto, a burocracia e a sonegação. Vai permitir, inclusive, a progressividade.

Aqueles com menor poder econômico vão pagar menos, porque poderão receber de volta os **impostos** recolhidos"

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/16/all.pdf>**

# Para Dino, CPI "redundante" poderia desviar foco na reforma tributária

**Ricardo Mendonça e Caetano Tonet De São Paulo e Brasília**

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou nesta quarta-feira (15) que a eventual criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os atos golpistas de 8 de janeiro resultaria numa ação "redundante" que poderia tirar força da atenção que deve ser dada à **reforma tributária**, tema de maior interesse do governo neste instante.

O ministro falou rapidamente à imprensa em São Paulo onde participou de um evento promovido pelo banco BTG Pactual. Embora muitos governistas tenham assinado o pedido de CPI, o governo, desde o início, não vê a iniciativa com simpatia.

Depois de dizer que respeita a prerrogativa e a autonomia do parlamento de criar CPIs, a "ponderação" a ser levada em consideração, prosseguiu, "é que a investigações hoje feitas pela Polícia Federal, sob a supervisão do Ministério Público e atendendo a decisões do Poder Judiciário, atendem plenamente aos objetivos de investigação e de esclarecimento das autorias dos crimes perpetrados em janeiro".

Ele concluiu dizendo que a criação da Comissão poderia atrapalhar a **reforma tributária**.

"Então seria uma CPI redundante, que talvez resultasse na perda de foco em relação ao principal, sobretudo a **reforma tributária** que, ao nosso ver, hoje, é estratégica para esse momento que o Brasil vive." Poucos minutos depois, falando no palco a clientes e colaboradores do BTG Pactual em conversa moderada pela ex-ministro do STF, da Justiça e da Defesa Nelson Jobim, diretor do banco, Dino defendeu uma regulação eficiente das redes sociais e justificou o ativismo do Poder Judiciário como uma convocação da sociedade.

"O Judiciário é ativista porque quer ou porque é convidado a tanto? Mais do que convidado, convocado. Por quem? Pela sociedade", afirmou o ministro, destacando que acredita que essa era de protagonismo do Poder Judiciário não está perto do fim.

"O Poder Judiciário foi conduzido a isso e os

resultados são mais positivos que negativos", afirmou. "Essa era ainda não se encerrou. O ideal é que esse protagonismo se reduza, mas não é uma tendência", completou.

Outro tema destacado pelo ministro foi a questão da regulação das redes sociais.

Ele disse que a pasta busca um entendimento alinhado com práticas internacionais, principalmente em países da Europa.

"Nós temos que trabalhar com novas questões e uma delas é a internet. Estamos propondo um debate sério em que não há cerceamento de liberdade de expressão, mas há a compreensão de que liberdade de expressão absoluta não existe. Quem diz isso não sou eu, é o Código Penal", afirmou o ministro.

Dino também falou sobre os casos envolvendo garimpo ilegal na Amazônia, que dominam o debate público desde a crise humanitária envolvendo indígenas da etnia yanomami, no Estado de Roraima.

"Eu sou cobrado por pessoas perguntando porque a gente não prendeu os 15 mil garimpeiros. A gente não prendeu porque é rigorosamente impossível. Nós estamos olhando quem financia e quem lava [o dinheiro]", disse.

Antes do evento, Dino havia dito que tinha interesse em falar da "importância da consolidação da democracia no Brasil e da pacificação nacional para que haja um ciclo sustentável de crescimento".

Ele destacou que o país, na sua avaliação, atravessou os últimos dez anos com "uma política nacional altamente conflagrada", um ciclo que começou em janeiro de 2013 e chegou até o 8 de janeiro de 2023, quando vândalos inconformados com o resultado da eleição invadiram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a sede do Supremo Tribunal Federal (STF).

"[No período] Nós tivemos muitos momentos de confrontação, de extremismo, e isso atrapalha o Brasil", disse. O respeito ao resultado legítimo da eleição, concluiu, "é importante para a política, para a nação e para que a economia tenha paz".

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187463?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187463?page=1&section=1)

# Regra que substituirá o teto de gastos será anunciada até março, diz Haddad

**CÍCERO COTRIM SÃO PAULO THAÍS BARCELLOS  
BRASÍLIA**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo deverá anunciar em março a nova regra fiscal que substituirá o teto de gastos. Antes, ele havia prometido apresentar a proposta até abril, para que fosse discutida com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Em evento do BTG Pactual, Haddad disse que a ideia de antecipar a nova regra foi dada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, e pelo vice-presidente e ministro do Comércio, Indústria, Serviços e Desenvolvimento, Geraldo Alckmin. Eles defenderam que seria positivo discutir a regra antes de apresentá-la ao Congresso.

O ministro disse que nenhum outro país adota uma regra como o teto de gastos, mas defendeu uma nova âncora exigente no Brasil. "Eu sou a favor de metas exigentes, porque, se não, você não trabalha. Se você botar meta de **inflação**, meta fiscal, não demandante, o Estado para de trabalhar. Então, tem de ser demandante, tem de ser rigoroso, tem de ser exigente, mas um ser humano tem de conseguir fazer aquilo", disse.

Haddad não deu nenhum detalhe sobre a nova regra fiscal.

Mesmo assim, foi suficiente para melhorar o humor do mercado financeiro: o Ibovespa, que havia aberto o dia em queda, apresentava alta depois das declarações e fechou o pregão na casa de 109.600,14 pontos, com alta de 1,62%. Ao Estadão, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, defendeu a fixação de uma regra de controle de gastos no novo arcabouço fiscal.

Para o economista André Perfeito, a fala do ministro soou como música aos ouvidos do mercado.

"A percepção é de que, como já havia comentado, de fato a Fazenda e o Banco Central (BC) estão trabalhando juntos para baixar os juros. O episódio das rusgas entre BC e Planalto está praticamente superado", comentou. "Falta muito ainda para concretizar as iniciativas apontadas, mas o mercado agora tem assuntos "concretos" para debater", afirmou.

HARMONIA.

No evento, Haddad disse também que faz parte do seu trabalho harmonizar a política fiscal com a política monetária e construir a narrativa sobre o tema. "Esse jogo de construção de narrativa, de harmonização das políticas fiscais e monetária, de harmonização do discurso do Estado com a sociedade, isso faz parte do trabalho do Ministério da Fazenda, não faz parte do trabalho de um economista necessariamente", afirmou.

Ao falar sobre a **reforma tributária**, Haddad disse que um sistema coerente reduziria a possibilidade de que políticos ajam para beneficiar setores específicos.

"Como você não tem um sistema tributário coerente, ninguém vai notar um parafuso em um Frankenstein. É isso que está acontecendo no Brasil: você tem um monstro e vai colocando um parafuso, ninguém nota", disse. Ele acrescentou que os benefícios tributários estão entre as principais causas de distorção do País e que a complexidade do sistema tributário causa litigiosidade.

Haddad afirmou também que a ansiedade do mercado com as primeiras medidas do governo é compreensível. "Entendo ansiedade do dito mercado, essa menina que fica na frente do computador dando ordem de compra, ordem de venda", disse Haddad. "Cada espirro lá gera uma enorme turbulência." Ele afirmou ter dito ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o início do governo seria difícil, mas a incerteza iria se dissipar à medida que novas medidas na área econômica fossem anunciadas.

"A percepção é de que de fato a Fazenda e o Banco Central estão trabalhando juntos para baixar os juros" André Perfeito Economista

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-02-16>

# STF e os novos contornos da coisa julgada em matéria tributária (Artigo)

**Paulo Victor Azevedo e Giussepp Mendes**

O direito possui mecanismos que evitam a afetação da previsibilidade de subsunção da norma ao fato, garantindo que o indivíduo não seja surpreendido com decisões ou legislações que alterem uma relação jurídica consolidada ou que já tenha sido objeto de apreço pelo Judiciário.

A proteção do julgado encontra respaldo constitucional: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada", conforme art. 5º, XXXVI, da CF/88. Igualmente, o Código de Processo Civil, em seu art. 502, conceitua a coisa julgada material como "autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recursos".

A coisa julgada é essencial para a compreensão da decisão exaurida pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) de forma unânime, em 08.02.2023, sobre **tributos** que são recolhidos de forma continuada, nos recursos extraordinários (RE) 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881).

O STF externou a possibilidade de desconstituir decisões que já haviam transitado em julgado, ou seja, da qual não cabiam recursos a serem interpostos e que contavam com considerável lapso temporal. O imposto que serviu de pano de fundo para o ensejo do STF foi a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que impõe a obrigação de apuração do lucro líquido da atividade empresarial para o financiamento da **seguridade social**.

O entendimento do STF assentou-se na ideia de que a constitucionalidade na cobrança do referido tributo fora confirmada em decisão proferida em 2007, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 15. As cobranças realizadas pela União são devidas a partir do referido ano, ainda que as empresas tenham decisões judiciais afastando a sua exigência. Nos dizeres do ministro Barroso, no momento em que a Corte já havia reconhecido a constitucionalidade do imposto o contribuinte, "fez uma aposta" ao não pagá-lo ou provisioná-lo.

Ainda que os julgados versem especificamente sobre o CSLL, a decisão repercute nos **tributos** em caráter continuado. Excluem-se, portanto, aqueles que

possuem natureza única, como o ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) e o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação).

O STF, considerando a unanimidade, reconhece a força de seus entendimentos e busca a consolidação dos provimentos da Corte e sua devida observância. Todavia, quanto ao placar de possível modulação dos efeitos da decisão - 6 votos contrários e 5 votos favoráveis -, existe qualquer discussão sobre os impactos da decisão e a possibilidade de modulação de efeitos.

O questionamento sobre a segurança jurídica, em razão de uma alteração fática ou jurídica que autorize a revisão do tema, permite que se verifique o real intento da coisa julgada em nosso ordenamento. A consolidação do passado, na visão do STF, não vincula o porvir. Sendo assim, cabe aos tutelados o alerta e a observância dos entendimentos da Corte - especificamente quando proferidas através do controle concentrado ou em repercussão geral - enquanto marco que interrompe, de forma automática, os efeitos da coisa julgada em matéria tributária.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

# Projeto prevê Refis para atenuar decisão do STF

**ILIANDER PORCELLA**

O deputado Gilson Marques (Novo-SC) protocolou na Câmara projeto de lei que cria um programa de parcelamento de débitos (Refis) para dívidas de empresas após recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que permite a cobrança pela Receita de **impostos** que as companhias tinham deixado de recolher amparadas por decisões judiciais em que não cabiam mais recursos.

Na quarta-feira da semana passada, a Corte reviu o princípio constitucional da chamada "coisa julgada" para questões tributárias. O Supremo decidiu, por 6 votos a 5, que a quebra de decisões definitivas é automática quando houver mudança de entendimento sobre temas tributários.

Isso significa que contribuintes que conseguiram decisões favoráveis na Justiça para deixar de recolher determinados **impostos** devem voltar imediatamente a pagá-los se o Supremo mudar sua compreensão.

De acordo com a proposta do deputado do Novo, poderão aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária do Fim da Eficácia da Coisa Julgada (Pert-Fim) pessoas físicas e jurídicas que estiverem em recuperação judicial e que comprovem ter sido beneficiadas em ações judiciais transitadas em julgado, ou seja, sem possibilidade de recurso, que estejam vinculadas à decisão do Supremo.

A proposta prevê que quem aderir ao programa deve pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no Pert-Fim e dos débitos vencidos, inscritos ou não na dívida ativa da União.

**Site:**

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-02-16>

# Dívida estável exige superávit de 1,5% do PIB, diz IFI

**Estevão Taiar De Brasília**

A manutenção da dívida pública no atual patamar exigiria do governo central superávit primário anual de 1,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) entre 2024 e 2031. O cálculo é da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado Federal, e faz parte do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de fevereiro, divulgado ontem.

Os dados do governo central levam em conta Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central (BC).

O cenário de estabilidade apresentado pela IFI considera crescimento médio de 1,9% do **PIB** e taxa de juros reais implícita da dívida de 3,9%, sempre em termos anuais no período entre 2024 e 2031. Nesse caso, de acordo com a instituição, a dívida bruta do governo geral (DBGG) permaneceria nos atuais 73,5% do **PIB** nesse período. A DBGG é considerada por diversos economistas o principal indicador de estoque da dívida pública.

Para 2023, no entanto, o esforço necessário para manter a DBGG estável seria ainda maior: superávit de 3,8% do **PIB**, levando em conta projeções de crescimento de 0,9% do **PIB** e taxa de juros implícita de 6,1%.

A IFI não projeta, porém, estabilidade da dívida em seu cenário principal. As estimativas são que a DBGG subirá para 78,7% do **PIB** no fim deste ano e 82,3% do **PIB** no fim do ano que vem, sempre em relação ao **PIB**.

A instituição também projeta que o governo central registrará déficit primário de 1,3% do **PIB** neste ano e de 1,1% do **PIB** no ano que vem.

"A projeção da IFI para as despesas primárias da União em 2023 sofreu um leve recuo, de apenas R\$ 2,2 bilhões, em relação ao cenário de janeiro, devido a mudanças no cenário macroeconômico e das receitas primárias, que sensibilizam as projeções de despesas", diz o relatório da instituição.

"Também contribuiu para a revisão a mudança da vigência de algumas despesas anunciadas pelo governo, como o novo valor de salário mínimo de R\$

1.320, que deve entrar em vigor apenas em maio." O piso salarial atualmente é de R\$ 1.302.

Já "no cenário prospectivo ainda restam incertezas, principalmente em relação à nova âncora fiscal" - o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu apresentar a nova regra no mês que vem. A IFI calcula que as despesas primárias, que excluem gastos com a dívida pública, crescerão o equivalente a 0,7 ponto percentual do **PIB** neste ano, ficando estável no ano que vem.

A instituição ainda revisou para cima as suas projeções para a **inflação** deste e do próximo ano.

As estimativas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passaram de 5,3% para 5,6% no caso de 2023 e de 3,7% para 3,8% no caso de 2024.

"Apesar da expectativa de desaceleração dos preços livres, dada a tendência de queda dos preços das commodities em reais e de abertura do hiato do produto (medida de ociosidade da economia), os preços administrados serão impactados pelo reajuste de preços para as distribuidoras promovido pela Petrobras no final de janeiro", diz.

Já a estimativa para o crescimento do **PIB** foi mantida em 0,9% para este ano, mas caiu de 1,6% para 1,4% para 2024, por causa de "condições financeiras desfavoráveis e possível postergação do ciclo de queda dos juros".

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187463?page=1&section=1>